

# RELAÇÕES DE RAÇA E GÊNERO NO PNBE 2011 E 2013: RACISMO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

## RACE AND GENDER RELATIONS IN PNBE 2011 AND 2013: SYMBOLIC RACISM AND VIOLENCE

James Rios de Oliveira Santos 1

**Resumo:** O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é, senão a maior, a mais distribuição de livros às escolas públicas brasileiras. Ocorre, entretanto, que programas como este nem sempre contemplam, no processo de seleção dos títulos, a diversidade racial brasileira, seja na condição do escritor/escritora negro/negra, seja na aquisição de obras literárias que, de alguma forma, abordem as temáticas afro-brasileiras e/ou africanas no plano da ficção. Considerando este fato, este artigo tem por objetivo mensurar a quantidade de escritores brancos e não brancos que compõem, na condição de prosadores, os acervos do PNBE. Ademais, o presente trabalho pretende lançar uma reflexão crítica sobre a (não) presença do negro no âmbito desta política de leitura e compreender, ainda que sumariamente, os efeitos dessa presença/ausência nos temas das narrativas selecionadas.

**Palavras-chave:** PNBE. Autoria. Raça. Gênero.

**Abstract:** The National Library of the School Program (PNBE) is, if not the largest, the most distribution of books to Brazilian public schools. It happens, however, that programs like this do not always contemplate, in the selection process of the titles, the Brazilian racial diversity, be it in the condition of the black / black writer or writer, or in the acquisition of literary works that, in some way, Afro-Brazilian and / or African in the field of fiction. Considering this fact, this article aims to measure the number of white and non-white writers who, as prose writers, compose the collections of the PNBE. In addition, the present work intends to throw a critical reflection on the (non) presence of the black in the scope of this policy of reading and to understand, although summarily, the effects of this presence / absence in the themes of the selected narratives.

**Keywords:** Authorship. Breed. Genre.

---

Possui graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Letras, com ênfase em Estudos Literários, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de pós-graduação (especialização) em Humanidades, da UENP. É membro dos seguintes Grupos de Pesquisa; Preservação dos Bens Culturais: História, Memória, Identidades e Educação Patrimônio; Literatura e História: Memória e Representação; É vice-coordenador da Comissão de Política de Ações Afirmativas (CAAF), da UENP. Tem experiência na área de Letras, desenvolvendo pesquisas nos seguintes temas: Educação Literária, Literatura africana e afro-brasileira, Literatura infantojuvenil, Literatura brasileira. Atualmente, é diretor de cultura da UENP.  
E-mail: james@uenp.edu

## Considerações Iniciais

Se estudos desta natureza surgem é porque se observa, por meio de pesquisas que investigam o campo literário brasileiro, que a população negra se vê, positivamente representada nos mais diversos gêneros da literatura. Este fato pode ser mais bem observado se nos referirmos à produção literária destinada ao público adulto, seja aquela produzida no curso de sua maturação estética, seja esta que se figura em meio às publicações mais recentes, como apontam as pesquisas de Gregory Rabassa<sup>1</sup> (1965) e de Regina Dalcastagnè<sup>2</sup> (2008) (2012), respectivamente.

A ausência de representatividade da população negra – que é majoritária no Brasil, diga-se de passagem – pode ser (também) justificada pelo fato de ser este país ser constituído por uma “sociedade racista na medida em que a dominação social de brancos sobre negros é sustentada e associada à ideologia da superioridade essencial de brancos” (VAN DIJK, 2012, p.74). Em conformidade com as considerações críticas do linguista holandês Teun Van Dijk (2012), são os discursos veiculados pelas diferentes mídias manejadas pelas elites simbólicas que tendem, em maior ou menor grau, a produzir e a legitimar as hierarquias raciais, principalmente quando elas naturalizam, no ato da representação, a hegemônica participação da população nos mais diversos tipos de conteúdos. É assim que os jornais, as revistas, os programas televisivos, os artigos científicos, as produções cinematográficas e é claro, a própria literatura, acabam por se constituir como potenciais instrumentos de formação ideológica – meios pelos quais as pessoas aprendem a ser racistas, segundo o autor.

É claro e evidente que a literatura infantojuvenil enquanto instância discursiva é, para o pesquisador interessado no tema, um terreno fértil para se problematizar questões tangenciais à autoria das narrativas que chegam, sobretudo, às escolas brasileiras por meio de políticas de leitura como a do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Isto porque essa modalidade discursiva se destina às crianças e a adolescentes que estão em pleno processo de formação ideológica dada a assimilação dos discursos provenientes das representações de personagens negros – ou não – presentes nas narrativas que consomem em suas práticas escolares.

Desse modo, o questionamento do lugar de fala – para falarmos nos termos de Dalcastagnè (2012) – da população negra nessa esfera literária é de fundamental importância para que, em estudos posteriores, possamos compreender de que modo e em que medida a literatura infantojuvenil, mais especificamente aquelas obras presentes nos acervos do PNBE, têm avançado em termos de representação, pois, ainda que nas três últimas décadas algumas pesquisas tenham apontado modificações nos modos de representar os negros, tais mudanças são tênues ao relatarem apenas um “avanço limitado no trato das questões raciais”, já que as personagens negras permaneceram “sempre em patamares inferiores à dos brancos” (SILVA; ROSEMBERG, 2012, p.83).

Se as personagens de descendência africana são, recorrentemente, plasmadas de maneira subalterna em narrativas infantojuvenis, significa que há, aí, uma correlação muito próxima com a realidade social dos negros no Brasil, pois, nesse país, o sistema escravocrata operou deixando sequelas incomensuráveis e grande parte dos afrodescendentes não teve – e muitos ainda não possuem – acesso à educação formal que lhes garantiria, certamente, a sua dicção em diversos “lugares de fala”, com pondera Dalcastagnè (2012). Assim, o problema concernente à representação (estereotipada, subalternizada, silenciada) do negro está, em nossa compreensão, intrinsecamente relacionado ao contexto de produção da obra, que abarca, dentre outros elementos, o autor e a sua cor.

Fruto de uma pesquisa mais abrangente, este estudo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: PNBE 2011 e 2013*<sup>3</sup> que tratará de apresentar os dados concernentes à autoria dos textos narrativos destinados às escolas brasileiras levantados na ocasião da pesquisa. Este trabalho se justifica na

1 Vide RABASSA, G. *O negro na ficção brasileira*. Trad: Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

2 Vide DALCASTAGNÈ, R. “Entre silêncios e estereótipos: as relações raciais na literatura brasileira contemporânea”. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n° 31. Brasília, janeiro-junho de 2008.

\_\_\_\_\_. *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado*. São Paulo: Horizonte, 2012.

3 Dissertação de Mestrado defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Paraná.

medida em que se faz necessário problematizar questões concernentes ao contexto de produção das obra(s) destinada(s) ao público infantojuvenil, pois, se os afro-brasileiros não tiveram acesso aos lugares de fala, significa que as representações estereotipadas e/ou negativas dessa população foram matizadas por aqueles sujeitos (brancos) que, indiferentes às vivências da negritude brasileira, olharam e representaram o negro com notória distância – como quem, da Casa Grande, esboça uma pintura rarefeita dos sujeitos-objetos encarcerados na senzala.

Este trabalho, portanto, objetiva mensurar a quantidade de escritores brancos e não brancos que compõem, na condição de prosadores, os acervos do PNBE. Trata-se de um estudo que, para além de quantificar, pretende lançar uma reflexão crítica sobre a (não) presença no negro no âmbito desta política de leitura e compreender, ainda que sumariamente, os efeitos dessa presença/ausência nos temas das narrativas selecionadas pelo Programa. Para tanto, julgamos necessário e pertinente discutir, antes da efetiva apresentação dos dados levantados, alguns aspectos dos Editais de seleção do PNBE e a sua (não) observância às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008<sup>4</sup>, as quais prescrevem a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura das populações afro-brasileiras e indígenas no currículo escolar, sobretudo nas disciplinas de Artes, História e Literatura.

### **As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e os Editais do PNBE 2011/ 2013**

Parte significativa dos trabalhos acadêmicos que procura entender a dinâmica de funcionamento do PNBE<sup>5</sup> enquanto política pública de leitura parte de um ponto comum para conduzir sua reflexão: trata-se da dificuldade de acesso à leitura no Brasil. Nesse sentido, afirma Célia Regina Fernandes (2007, p.77) que “dentro das características de um país como o nosso, em que parte da população depende de programas assistenciais para as condições básicas de sobrevivência, torna-se complicado o acesso aos livros por parte dos excluídos”. É justamente nesse contexto que surgem as políticas públicas – mais especificamente as de leitura – que visam possibilitar, à população menos favorecida, programas de acesso aos bens culturais. O referido programa de leitura, aliás, é, na concepção das pesquisadoras Célia Regina Fernandes e Marisa Barbosa Cordeiro (2012, p.319), “um exemplo de iniciativa governamental que visa diminuir a barreira entre o aluno e livro”.

Conforme posto anteriormente, os Editais do PNBE 2011 e 2013 merecem nossa atenção porque, na condição de instrumentos de regulamentação, estabelecem os critérios de seleção pública dos títulos a serem adquiridos pelo Programa. Após a sanção da Lei 10.639, em 2003, era de se esperar que as políticas públicas voltadas à Educação observassem as prescrições desta Lei e assegurassem, no caso do PNBE, a seleção de obras literárias com temáticas voltadas para as relações étnico-raciais, por meio do estabelecimento de critérios claros e objetivos nos editais. Hipótese esta que não se confirma como veremos abaixo.

Recorrendo ao Edital do PNBE 2011, notamos que o mesmo direciona-se aos alunos dos anos finais do ensino fundamental, isto é, do 6º ao 9º ano e também aos discentes do ensino médio. Os acervos de ambos os níveis de ensino contemplam títulos de diversos gêneros, tais como: contos, romances, crônicas, poemas e histórias em quadrinhos etc. Com base na leitura deste documento, observa-se que suas páginas iniciais não fazem nenhuma menção às Leis 10.639 e/ou 11.645/2008, o que nos permite intuir que o programa de leitura não possui uma efetiva preocupação em adquirir gêneros literários que contemplem, em respectivos conteúdos temáticos, a história e a cultura dos africanos e/ou dos afro-brasileiros.

O Anexo II do Edital apresenta os critérios utilizados para selecionar as obras que passaram pela primeira etapa do processo de seleção. Ao adentrarmos o âmbito da discussão sobre a diversidade racial, vamos perceber que, sendo uma política pública de leitura de grande abrangência, com investimentos que ultrapassam a casa dos R\$30 milhões, constatamos que ela

4 A Lei 11.645 foi sancionada em 2008. Ela atualiza a Lei 10.639 e altera a Lei 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da inserção da temática “História e Cultura afro-brasileira e indígena”.

5 O PNBE foi instituído em 1997 pelo Governo Federal e seu aporte financeiro é, segundo as autoras, originário do Orçamento Geral da União. No entanto, o programa foi efetivado somente no ano seguinte, em 1998, quando distribuiu “obras de literatura, de pesquisa, de referência e materiais de apoio à atualização do professor” (FERNANDES; CORDEIRO, 2012, p.320).

é, ainda, tímida no trato com as relações étnico-raciais, já que não se nota, novamente, nenhuma menção aos dispositivos constitucionais que prescrevem a valorização da cultura afro-brasileira no ensino de literatura.

Não podemos negar, por outro lado, que o item 1.2 do Anexo II faz menção à diversidade cultural do país, pois em menos de quatro linhas o documento orienta que “serão selecionadas obras temáticas diversificadas, de diferentes contextos sociais, culturais e históricos” [...] e “não serão selecionadas obras que apresentem didatismos, moralismos, preconceitos, estereótipos ou discriminação de qualquer ordem” (BRASIL, 2009, p.14). O exposto no documento nos chama atenção em dois pontos: o primeiro se refere à suposta diversidade cultural do Brasil, que está longe de ser representada na literatura para crianças/adolescentes ou para adultos.

O segundo ponto – muito importante, vale frisar – trata da exclusão daquelas obras que apresentam conteúdos preconceituosos, materializados em formas de estereótipos. Constituindo-se como uma política de leitura, já era de esperar que o PNBE (2011) utilizaria tal critério de avaliação como procedimento de praxe. Todavia, entendemos que, mais do que excluir obras discriminatórias no acervo, faz-se necessário a criação, quem sabe, de um eixo temático específico para se contemplar a aquisição de textos que valorizem a cultura negra brasileira ou africana.

No que tange ao Edital do PNBE 2013, convém ressaltar que o documento apresenta a mesma estrutura de redação do Edital de 2011, dispõe dos mesmos critérios de pré-seleção/avaliação das obras e inclui apenas um e outro item que evidenciam o aprimoramento do programa ao longo dos anos em termos operacionais. Esses itens são pontuais e não merecem devida atenção até porque também não fazem nenhuma menção às Leis 10.639 e 11.645/2008, o que nos permite concluir que a não orientação para seleção de obras que abordem temas afro-brasileiros e/ou africanos abre margem para que os editores e avaliadores estejam mais propícios a selecionarem determinados tipos de livros que invisibilizem o negro na condição de autor, mas, e, sobretudo, colocam-no numa situação subalterna ou com estereótipos delineados enquanto personagens (de escritores brancos).

Nossa posição se justifica no fato de que o racismo é simbólico, invisível, silencioso, como bem postula o linguista holandês Teun Van Dijk, em sua obra *Racismo e Discurso na América Latina* (2012). Uma análise preliminar nos permite afirmar que o racismo, silenciosamente, atravessa o Programa Nacional Biblioteca da Escola na medida em que essa política, *per se*, desconsidera as prescrições das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ao não estabelecer critérios de seleção que estejam voltados à cultura afro-brasileira. O fato que se apresenta faz emergir, pelo menos, outras duas hipóteses: 1) a de que o Programa não possui um número representativo de escritores e escritoras negros, já que estes e estas são os que, nos últimos anos, têm investido numa poética de afirmação de suas identidades étnicas e culturais; 2) os acervos do PNBE, em decorrência da pouca representatividade étnica, conta com número modesto de narrativas que apresenta a cultura afro-brasileira em primeiro plano da obra. Trataremos de atestar estas hipóteses a seguir, por meio de pesquisa de cunho quali-quantitativo.

### **Mapeando ausências por meio do método quali-quantitativo**

O método quali-quantitativo não é utilizado com frequência nos estudos das ciências humanas – incluindo-se aí os estudos literários – que, em suas ocorrências, costumam não lidar com números para construções de suas reflexões analíticas. Nesse sentido, registra Dalcastagnè (2012, p.153) que “os estudos literários são, em geral, avessos aos métodos quantitativos, que parecem inconciliáveis com o caráter único de cada obra. Tal singularidade, porém, não é privilégio da literatura: é algo comum aos diversos fenômenos sociais”. No entanto, prossegue a pesquisadora afirmando que, quando mobilizado, o tratamento estatístico oferece, ao pesquisador, condições de eliminar determinadas irregularidades, além de proporcionar dados mais precisos, “evitando o impressionismo que, facilmente contestável por um impressionismo em direção contrária, impede que se estabeleçam bases sólidas para discussão” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.154).

Servindo aos estudos literários, a metodologia requer a elaboração de um questionário de perguntas (sobre o objeto analítico) a ser respondido, e, num segundo momento, o cruzamento desses dados via *software Sphanix Léxica 5.0*. Para Dalcastagnè (2012), é importante ressaltar que os números obtidos por meio do referido programa de computador não devem ser tomados como resultado final da pesquisa, pois eles são apenas “a base a partir da qual a investigação se inicia;

[...] são, uma vez mais, indícios a partir dos quais a reflexão crítica procurar entender a realidade” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.156).

Para que possamos compreender, efetivamente, a realidade<sup>6</sup> do Programa Nacional Biblioteca da Escola enquanto política de leitura voltada ou não para a diversidade racial, foi utilizado o método quali-quantitativo para apurar dados referentes ao contexto de produção das obras selecionadas. E por contexto de produção se entende, aqui, todas as informações que estão, de alguma forma, relacionadas ao processo de construção dos textos, como os dados referentes à autoria (cor e sexo) e, por conseguinte, às temáticas (escolhidas pelos escritores para engendrar as tramas). Esta investigação se justifica à medida que a ausência de escritores negros no campo literário exerce uma influência, na maioria das vezes direta, na representação das personagens negras.

### Por onde andam os negros? Sobre o quê escrevem os brancos?

Parafrazeando Regina Dalcastganè (2012), podemos afirmar que as narrativas do PNBE (2011 e 2013) são brancas e predominantemente masculinas. Tais constatações são provenientes do levantamento de dados biográficos de 249 autores e autoras selecionados para compor os acervos do referido programa de leitura. Conforme posto, buscamos compreender as dimensões reais do contexto de produção dos textos narrativos do acervo, o que nos exigiu uma investigação mais acurada sobre os perfis dos mesmos. No PNBE de 2011, registramos a presença de 108 escritores (de múltiplas nacionalidades) que se dedicaram à produção de narrativas infantojuvenis. No de 2013, foram 141 – proporção relativamente maior ao ano anterior devido ao maior número de obras contemplado por este edital<sup>7</sup>.

Começando, pois, sobre o sexo dos autores, contatamos que, em 2011, o PNBE contemplou 69 textos narrativos de escritores homens e apenas 36 de mulheres – números que correspondem a 63,9% e 33,3% dos índices. Nesse mesmo ano, não foi possível identificar o sexo de 2,8% dos autores. Já em 2013, os homens foram os mais contemplados pelo PNBE, já que eles constituem 66% dos autores enquanto as mulheres somam 32,6%. 1,4% dos autores não tiveram seus sexos identificados.

	Freq.	%
Masculino	69	63,9%
Feminino	36	33,3%
Outro	0	0,0%
Não identificado	3	2,8%
Total obs.	108	100%

	Freq.	%
Masculino	93	66,0%
Feminino	46	32,6%
Outro	0	0,0%
Não identificado	2	1,4%
Total obs.	141	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013.

Ao analisar os dados, observamos que, em ambos os editais do PNBE, os homens ocupam mais de dois terços dos “espaços” dessa esfera literária. Isso indica que eles continuam a dominar o campo literário, pois, em outras pesquisas como a de Dalcastagnè (2012), que, analisando 258 romances contemporâneos, constata-se que os índices da presença masculina correspondem a nada menos que 72,7% das ocorrências. Esses números podem ser explicados com base na assertiva de que a restrição do acesso das mulheres ao campo literário é apenas uma de muitas outras formas de violência simbólica, que, no curso da História, tendeu a dividir socialmente o

<sup>6</sup> Estamos nos referindo, aqui, sobre a seleção das obras do PNBE.

<sup>7</sup> Em 2011, o Programa Nacional Biblioteca da Escola selecionou 150 obras, distribuídas em três acervos compostos por 50 exemplares cada. Já em 2013, foram selecionadas 180 obras, distribuídos igualmente em três acervos.

trabalho<sup>8</sup> a partir da demarcação biológica do sexo, conforme registra o sociólogo Pierre Bourdieu em sua obra *A Dominação Masculina* (2005).

Os escritores componentes do PNBE são, também, majoritariamente brancos, conforme aponta a tabela 3. Pelo edital de 2011, por exemplo, negros e mestiços somam apenas – apenas – 3,7% das ocorrências (negros 2,8% e mestiços 0,9%), enquanto que os brancos são 86,1% dos autores. Os orientais correspondem somente a 1,9% e os indígenas não possuem representantes autorais nestes acervos. Não foi possível identificar as cores de 8,3% dos produtores de literatura infantojuvenil, uma vez que as informações apuradas junto aos mecanismos de buscas na internet não eram confiáveis para verificação do fenótipo.

	Freq.	%
Negro	3	2,8%
Branco	93	86,1%
Mestiço	1	0,9%
Indígena	0	0,0%
Oriental	2	1,9%
Não identificado	9	8,3%
Total obs.	108	100%

	Freq.	%
Negro	4	2,8%
Branco	118	83,7%
Mestiço	2	1,4%
Indígena	0	0,0%
Oriental	1	0,7%
Não identificado	16	11,4%
Total obs.	141	100%

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013.

Se observarmos a Tabela 4, vamos notar que os números nela apresentados pouco diferem da Tabela 3, correspondente ao PNBE 2011. É preciso lembrar que, em 2013, o PNBE selecionou 180 livros, sendo 141 narrativas, enquanto que no edital anterior foram 150 obras adquiridas, das quais se pode subtrair 108 para categorizá-las como textos narrativos. Feita essa ressalva, observemos como os números, quando não idênticos, são muito semelhantes: a porcentagem de negros em ambos os acervos são os mesmos: 2,8% em cada um. Os brancos, como já previstos, somam 83,7% dos escritores. A diferença (entre as tabelas) – quase insignificante, por sinal – remete ao número de mestiços, que somam 1,4% (o dobro em relação ao PNBE 2011) entre as demais categorias. Autores indígenas, conforme se nota, continuam a não compor o acervo e o número de orientais foi reduzido a 0,7%. 11,4% dos autores também não puderam ser identificados pelo mesmo motivo apontado no parágrafo anterior.

Outro fator importante a ser observado em relação à cor dos autores é o cruzamento dos dados com outra variante: o sexo. As proposições de Pierre Bourdieu (2005) sobre a dominação masculina nas sociedades ocidentais autorizam-nos a afirmar que as mulheres negras são, em sua essência, duplamente discriminadas. Primeiro porque, assumindo sua feminilidade, estão sujeitas a sofrerem, na e pela constituição biológica dos próprios corpos, as marcas da violência simbólica, as quais podem ser constatadas de diversas formas, dentre elas, pelo cerceamento à educação e, por consequência, sua restrição ao campo literário. Em segundo lugar, é sabido que a pele preta bem como qualquer fenótipo negro são elementos cruciais para se imputar obstáculos e restringir acessos aos mais variados tipos de bens simbólicos às pessoas com tais características (MOORE, 2009). A simples equação “mulher + negra = dupla discriminação” pode ser atestada por meio das Tabelas 5 e 6.

<sup>8</sup> Ora, não nos é necessário mobilizar muitos esforços para lembrar que, historicamente, as mulheres se ocuparam de determinadas funções sociais – hoje socialmente desprestigiadas, como as atividades domésticas, por exemplo – sendo-lhes cessados, ainda, os direitos ao acesso à educação, que inclui nessa esfera as práticas da leitura e da escrita.

**Tabela 5: Cor e Sexo dos autores**  
PNBE 2011

Cor	Masculino	Feminino	Outro	Não identificado	TOTAL
Negro	1,9%	0,9%	0,0%	0,0%	2,8%
Branco	55,6%	29,6%	0,0%	0,9%	86,1%
Mestiço	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Oriental	0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	1,9%
Não identificado	4,6%	1,9%	0,0%	1,9%	8,3%
TOTAL	63,9%	33,3%	0,0%	2,8%	

**Tabela 6: Cor e Sexo dos autores**  
PNBE 2013

Cor	Masculino	Feminino	Outro	Não identificado	TOTAL
Negro	2,1%	0,7%	0,0%	0,0%	2,8%
Branco	56,7%	26,2%	0,0%	0,7%	83,7%
Mestiço	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Indígena	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Oriental	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
não identificado	5,0%	5,7%	0,0%	0,7%	11,4%
Total	66,0%	32,6%	0,0%	1,4%	

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013.

Quando afirmamos que as tabelas acima atestam a hipótese de que a mulher negra é duplamente marginalizada/discriminada, queremos dizer, em outras palavras, que os acervos do PNBE aqui analisados refletem, embora em um recorte de pesquisa significativamente reduzido, a situação das mulheres no campo literário, sobretudo no campo literário brasileiro. Ora, em 2011 foi registrada a presença de 55,6% de escritores (brancos) homens. As mulheres (brancas), por sua vez, somam 29,6% de representatividade – números que, à primeira vista, já esboçam um movimento diferente quando comparados a homens brancos. As mulheres negras, nesse caso, estão ainda mais distantes: elas são apenas 0,9% de todos os autores. Esta porcentagem, 0,9%, é preciso lembrar, corresponde a apenas uma escritora negra.

Salvo a maior proporcionalidade de obras reservada ao edital de 2013, constata-se que os números são relativamente os mesmos: os homens brancos correspondem a 56,7% dos escritores, enquanto as mulheres da mesma cor são 26,6% dos casos identificados. Apenas 0,7% das autoras são negras. Reiterando o já exposto, a situação da escritora negra é de marginalização, uma vez que, em contexto mais amplo, pode-se deduzir que “o seletivo universo da literatura ainda continua excluindo[-as] a partir de premissas temporal e subjetiva” (JOB, 2011, p.56).

Nesse sentido, faz-se necessário mencionar o estudo realizado pela pesquisadora Sandra Maria Job, atualmente professora da Universidade Federal do Pará. Em sua tese publicada em 2011, a estudiosa apresenta-nos uma reflexão contundente acerca da mulher negra na literatura. Reflexão esta, aliás, cuja referência tem seu fundamento nas proposições teóricas/críticas de Virgínia Woolf, para quem a escrita ficcional feminina necessita de uma liberdade intelectual. A este respeito, prossegue Job (2011, p. 41-42):

[...] as reivindicações básicas proferidas no discurso de Virgínia Woolf não são as necessidades básicas da mulher negra,

embora seja um direito e necessidade desta, mas nem por isso são as mais prementes, pois em termos de liberdade para trabalhar, por exemplo, *a mulher negra é a mesma de outrora, isto é, ela é dona de si mesma, visto que trabalhava e continua trabalhando, embora não ganhe “quinhentas libras” anualmente*. São mulheres (a negra e a branca) que se (re) conhecem biologicamente, mas cuja vida “de mulher” tem sido construída em realidades sociais distintas, com buscas, às vezes, específicas a cada uma delas. E para as buscas em comum, essas buscas não acontecem no mesmo plano temporal. *Enquanto estas, em séculos passados, por exemplo, proferiam discursos, escreviam ou saíam às ruas reivindicando seus direitos, pois eram pessoas letradas, mesmo que não fossem no mesmo nível dos homens naquele momento, a mulher negra ainda estava, e de certa forma ainda está, vivendo a canga da escravidão imposta a todos os escravos e, posteriormente, aos ex-escravos que foram, segundo Florestan Fernandes, deixados à própria sorte e com a missão de se (re) erguerem sozinhos na sociedade, nos moldes e padrões dos brancos. Em outras palavras, eram analfabetas, escravas e hoje algumas ainda não possuem nenhum nível de instrução e outras, na sua grande maioria, semialfabetizadas, trabalhando nas “senzalas modernas”, salvo as raríssimas exceções* (JOB, 2011, p.42-43, grifo nosso).

As considerações de Job (2011), mais do que endossam, acabam por atestar a nossa hipótese. A mulher negra, diferente da branca, carrega, no tom escuro de sua pele e no seu fenótipo, as marcas de uma escravidão que custa a ser abolida efetivamente. Quando a pesquisadora ora referenciada afirma: “hoje algumas [mulheres negras] ainda não possuem nenhum nível de instrução e outras, na sua grande maioria, [são] semialfabetizadas, trabalhando nas ‘senzalas modernas’” (JOB, 2011, p.42-43), significa que as suas possibilidades de acessarem o campo literário enquanto escritoras de si (e dos seus) são praticamente remotas, conforme demonstraram os índices acima.

A situação que nos é apresentada responde, em parte, à pergunta apresentada no subtítulo deste tópico. Uma parte significativa das mulheres negras encontra-se nas “senzalas modernas”, ou seja, nos mesmos espaços que, desde os idos da escravidão, convencionalmente foram seus: as casas das famílias brancas, onde continuam a trabalhar como empregadas domésticas. Os homens negros, excetuando as exceções que não são muitas, constituem 60% da população carcerária brasileira, conforme os dados do IBGE 2015. Quando não presos, ocupam, no estrato social, as funções remuneradas de menos prestígio, seja trabalhando na lavoura, seja executando outras modalidades de serviço braçal.

Diante do exposto, podemos afirmar que os dados referentes à autoria negra presente nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola são preocupantes. Preocupa-nos devido ao fato de que, mesmo havendo atualmente dispositivos constitucionais assegurando a valorização da cultura africana e afro-brasileira no ensino de literatura e uma ampla divulgação do tema no âmbito acadêmico, nota-se, entre os que produzem para tal público, uma significativa ausência daqueles que representariam, em suas ficções, mais da metade da população brasileira.

A ausência do negro enquanto escritor de narrativas infantojuvenis selecionadas pelo PNBE é, portanto, uma realidade. E sendo uma realidade registrada por meio de números, também não nos causa espanto o fato de serem os brancos os mais escolhidos para compor os acervos de ambos os editais, pois essa política pública de leitura é parte integrante do campo literário dado a sua envergadura para o estímulo à produção e à circulação de obras. Sendo assim, não podemos nos esquecer de que esse mesmo campo literário é parte componente de uma sociedade racista, cujas relações sociais são marcadas pelas mais diversas formas de racismos, seja ele simbólico (quando silencioso); seja ele explícito (quando manifestados por meio de discursos injuriosos).

Podemos interpretar a ausência de autores negros nos acervos a partir de duas situações: a) com base no argumento de que eles estão fora do circuito de produção, devido a uma questão histórica, a qual confluiu para a determinação de consequências que refletem, até hoje, na educação

dos homens e das mulheres negras, inviabilizando, assim, suas respectivas formações enquanto escritores, professores, intelectuais etc.; b) após a promulgação da Lei 10.639/2003, houve uma crescente produção de obras cujos temas se voltam para as culturas africana e afro-brasileira, já que “o mercado editorial buscou adequar às temáticas exigidas pela Lei” (SOUZA *et al*, 2014, p.04). Assim, é muito provável que os escritores negros, quando submetidos à seleção do PNBE por meio das editoras, deixaram de ser selecionados pelos mesmos critérios (subjetivos) que excluem “a partir de premissas temporal e subjetiva”, como já apontou Sandra Job (2011, p.56).

Assim como em qualquer esfera de atividade humana brasileira, não há, obviamente, nenhum projeto (explícito, institucional) de exclusão do negro do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Todavia, o racismo, nesse caso, é elevado à enésima potência e só pode ser atestado através do buraco da fechadura, pelas fissuras do silêncio, que naturalizam as ausências como se elas obedecessem à ordem natural das coisas. Expliquemos: a população negra, durante muito tempo, não obteve acesso à educação. E sem escolarização, a entrada no campo literário se torna praticamente impensável, tendo em vista o fato de a escrita ser o requisito primeiro para o exercício desse ofício. Sem escritores negros, tem-se menos literatura voltada para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, tem-se menos representatividade negra em obras publicadas pelas editoras.

Mais do que identificar tais ausências<sup>9</sup>, faz-se necessário observar seus efeitos em relação à composição temática dos dois acervos. No PNBE de 2011 e 2013, por exemplo, constatamos que a discussão de temas voltados para questões étnico-raciais, quer para denunciar formas de racismos, quer para afirmar identidade(s) interessa muito pouco aos escritores brancos. Esse fato é, conforme acentua Phillips (2004), uma recorrência em outras literaturas, como a inglesa, por exemplo:

[Os escritores], os recipientes principais da cultura, acima do nível popular, são prodigiosamente autoisolados da experiência do dia a dia. Numa frase popular, “não querem nem saber”. Aglomera-se em seu redor um grande fluxo de novos agrupamentos sociais esquisitos através dos quais eles continuam caminhando, quais turistas atravessando a cidadela, sem enxergarem e sem desconfiarem [...] (PHILLIPS, 2004, *apud* BONNICI, 2011, p.49).

Analisando a conjuntura temática dos acervos de 2011 e 2013, chegamos à conclusão de que, de maneira indireta e silenciosa – é claro –, o PNBE convida o leitor negro a ler, nas narrativas que oferece, “uma conversa entre brancos, atrás da porta, do lado de fora” (BONNICI, 2011, p.55). Como se não bastasse, esse mesmo interlocutor é orientado a “abstrair-se da sua concretude e admitir, em si, o branco, enquanto autor [...] e destinatário do discurso” (SILVA, 2009 *apud* BONNICI, 2011, p.55). Nossa afirmação assenta seu fundamento nos números obtidos sobre os temas mais comuns nas obras selecionadas.

As tabelas abaixo apresentam os dados levantados sobre as temáticas das obras escolhidas para compor os acervos do PNBE, que correspondem aos anos de 2011 e 2013 e possuem, respectivamente, 150 e 180 obras. Destas, 108 (no acervo 2011) e 141 (no acervo 2013) são narrativas. Com intuito de averiguar os temas desses textos, procedemos com a leitura de resumos disponíveis em sítios da internet, que nos permitiu identificar os seguintes dados:

<sup>9</sup> O negro está presente nos acervos do PNBE (2011 e 2013). No entanto, sua presença é, quando analisada em conjunto, insignificante. Em ambos os anos, os negros e mestiços não somam mais que 3,7% dos casos em 2011 e 4,1% em 2013.

	Freq.	%
Amizade	9	8,3%
<b>Aventura</b>	<b>25</b>	<b>23,2%</b>
Biografia	3	2,8%
<b>Cultura africana</b>	<b>6</b>	<b>5,6%</b>
<b>Cultura afro-brasileira</b>	<b>4</b>	<b>3,7%</b>
Cultura indígena	2	1,9%
<b>Identidade</b>	<b>10</b>	<b>9,3%</b>
Lendas	9	8,3%
Memória	2	1,9%
Narrativa histórica	4	3,7%
<b>Outros</b>	<b>27</b>	<b>25%</b>
<b>Preconceito racial</b>	<b>2</b>	<b>1,9%</b>
Preconceito social	3	2,8%
<b>Relação amorosa</b>	<b>9</b>	<b>8,3%</b>
<b>Relação familiar</b>	<b>9</b>	<b>8,3%</b>
Violência	6	5,6%
Total obs.	108	

	Freq.	%
Amizade	5	3,6%
<b>Aventura</b>	<b>41</b>	<b>29,1%</b>
Biografia	6	4,3%
<b>Cultura africana</b>	<b>3</b>	<b>2,1%</b>
<b>Cultura afro-brasileira</b>	<b>2</b>	<b>1,4%</b>
Cultura indígena	2	1,4%
<b>Identidade</b>	<b>10</b>	<b>7,1%</b>
Lendas	9	6,4%
Memória	4	2,8%
Narrativa histórica	3	2,1%
<b>Outros</b>	<b>46</b>	<b>32,6%</b>
<b>Preconceito racial</b>	<b>7</b>	<b>5,0%</b>
Preconceito social	6	4,3%
<b>Relação amorosa</b>	<b>12</b>	<b>8,5%</b>
<b>Relação familiar</b>	<b>13</b>	<b>9,2%</b>
Violência	5	3,6%
Total obs.	141	

Obs.: A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Fonte: Pesquisa Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013.

As narrativas dos acervos do PNBE (2011 e 2013) tratam de temas variados. Tanto é que em ambos os anos a categoria “outros” foi a que mais registrou tal diversidade: em 2011, contabilizamos 25% de textos que expressam essa amplitude temática e em 2013, 32,6%. Entram, nessa categoria, temas como: medo, superação, investigações, mistérios, morte, descobertas, dentre muitas outras. Nota-se, diante do exposto, que o programa não privilegiou um eixo temático específico, muito embora os números referentes às narrativas aventurescas nos chamem a atenção: foram registradas 25 ocorrências (23,2%) no PNBE 2011 e 41 (29,1%) no PNBE 2013.

As relações amorosas aparecem em evidência em ambos os anos: em 2011, constata-se a presença de nove narrativas (8,3%) e, em 2013, 12 textos, que equivalem a 8,5%. As relações familiares também são temas preferidos dos autores selecionados: nove (8,3%) narrativas compuseram os acervos de 2011 e 13 (9,2%) compuseram os acervos de 2013. Outros índices que merecem ser considerados são aqueles textos cujos temas versam sobre identidade: são narrativas que ora discutem a identidade numa perspectiva coletiva ora com a formação de uma identidade pessoal, subjetiva das personagens.

Com intuito de melhor apreciar os números sobre os temas concernentes às questões étnico-raciais, julgamos pertinente a divisão dessas narrativas em três categorias temáticas: a) cultura africana, b) cultura afro-brasileira e c) preconceito racial. Se somarmos as categorias do PNBE 2011, vamos perceber que tais obras representam apenas 11,2% do acervo, ou seja, 12 narrativas se propõem a discutir a questão do negro em alguma perspectiva, seja para denunciar o preconceito racial, seja para apresentar um viés mais positivo da cultura africana ou afro-brasileira. No PNBE de 2013, os índices são mais alarmantes: apenas 8,5% dos textos dedicam-se a essa temática, o que representa a quantidade de 12 narrativas.

Uma análise superficial poderia sugerir que nos acervos de ambos os anos, a

proporcionalidade de obras é a mesma. No entanto, é preciso lembrar que o PNBE de 2013 possui uma quantidade significativa de obras a mais do que os acervos de 2011. Além disso, é importante frisar que somamos três categorias (cultura africana, cultura afro-brasileira e preconceito racial), para chegarmos a números – vamos assim dizer – “razoáveis” que pudessem melhor expressar a presença de narrativas voltadas para as relações étnico-raciais.

Podemos afirmar, portanto, que os números apurados nos dois acervos do PNBE reproduzem “um dos traços dominantes da estrutura social brasileira, que se perpetua e se atualiza desde a Colônia, mas que passa ao largo da literatura recente” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.175). O programa de leitura dos referidos anos, dentro de seus limites de atuação, reproduz na e pela ausência de escritores e temáticas afro-brasileiras, o racismo em sua dimensão simbólica, mesmo não sendo – ao menos explicitamente – o objetivo dessa política pública.

A situação contextual na qual está inserido o PNBE pode ser um estímulo para constituição de sérios problemas de identificação entre o leitor negro e as personagens produzidas por alguns escritores brancos – principalmente aqueles que adotam estereótipos no processo de criação artística ou subalternizam a raça negra em suas representações. Nessas condições, o ato da leitura de textos de autores brancos, com personagens brancos e com interlocutores negros, é, sem dúvida, um terreno propício para se observar o fenômeno da alteridade e do reconhecimento de identidades.

Assim, as narrativas de autores brancos, que tematicamente não trazem as questões étnico-raciais para o plano da ficção, enviam a leitura da criança ou do adolescente negro, pois o oferecimento (somente) do branco enquanto personagem-modelo, ainda que numa representação literária, impõe limites para o reconhecimento da(s) identidade(s) do leitor negro. Em outras palavras, o afrodescendente, ao deparar-se com representações subalternas e estereotipadas, fixa em seu inconsciente apenas essa perspectiva da vida que lhe é proposta, afastando-se, assim, de sua cultura, de sua tradição, da sua identidade. A título de ilustração, isso funcionaria mais ou menos assim: um conjunto de narrativas, infantojuvenis que *apenas* – frisemos bem – apresenta as mulheres negras como prostitutas e os homens como bandidos ou ocupantes de funções sociais similarmente desprestigiadas, tende, assim como o racismo é propagado por meio do discurso midiático (VAN DIJK, 2012), a disseminar tais posições sociais de forma natural, como se ao negro fosse possível ocupar apenas esses papéis sociais. Por outra via, enquanto o personagem branco reproduz literariamente a estrutura social brasileira, ocupando-se das funções mais privilegiadas (médico, advogado, engenheiro, juiz etc.), a criança negra se veria distante de tal possibilidade porque o seu contexto social é, em muitos casos, avessamente distinto.

## Considerações Finais

O racismo discursivo é, segundo apontam nossos resultados, elevado à enésima potência. A naturalidade com que a academia (universitária), as editoras e outras instituições sociais lidam com determinadas ausências e/ou com a baixa representatividade negra em diversas esferas do discurso acabam por cancelar a invisibilidade da população nesses espaços simbólicos e relegam o fato em si ao patamar da ordem natural das coisas, na forma de um *habitus* – se quisermos falar nos termos de Pierre Bourdieu.

Se o racismo é um produto do discurso, como bem postula Van Dijk, significa que os sujeitos não nascem racistas, mas os tornam à medida que consomem e assimilam determinados conteúdos preconceituosos. Nesse viés, a literatura infantojuvenil torna-se, como já dissemos, um terreno vasto e fértil para a observância de tais discursos porque é ela um espaço de se legitimar as representações ficcionais. É bem verdade que, neste trabalho, não nos debruçamos sobre a análise da representação das personagens negras. No entanto, os números levantados (e discutidos) sobre a autoria das narrativas que compõem os acervos do PNBE dão conta de atestar que o racismo atravessa, simbolicamente, uma importante política pública voltada à leitura no país.

Estudos à exaustão sedimentam e endossam a tese de que as relações sociais entre brancos e negros são marcadas por determinados descompassos nem sempre perceptíveis a olhos nus, dadas às naturalizações de certas ausências, em determinados espaços simbólicos como o campo literário. A baixa representatividade de autores negros e temáticas afro-brasileiras no PNBE 2011 e 2013 poderia, assim, passar despercebida ante aos olhos dos pesquisadores mais interessados na

dinâmica de funcionamento dessa política. Isto porque até mesmo estes estudiosos/pesquisadores são membros de uma sociedade estruturalmente racista e, por este e outros motivos, nem sempre estão atentos e/ou interessados em compreender os *modus operandi* do preconceito racial no âmbito do discurso.

Se este estudo pressupõe uma razão para existir, sua existência esteve, a todo o momento, vinculada a um problema chamado racismo. Este trabalho se fez necessário na medida em que são poucas as pesquisas e os pesquisadores que se debruçam sobre as relações étnico-raciais no Programa Nacional Biblioteca da Escola. As reflexões aqui lançadas, que foram frutos de um levantamento (quantitativo) de dados e informações sobre a raça e o gênero dos escritores permitem-nos afirmar que o PNBE necessita – e muito – avançar em termos de diversidade (racial), seja de autores, seja ela de obras a serem escolhidas por seus conteúdos temáticos voltados para a cultura negra.

## Referências

BONICCI, Thomaz. **Multiculturalismo e Diferença**: Narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas. Maringá: Eduem, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pós-colonialismo e a literatura**: estratégias de leitura. 2.ed. Maringá: Eduem, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Editais de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2011**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index> Brasília, 2009. Acesso em: 03 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Editais de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2013**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index> Brasília, 2012. Acesso em: 04 mar. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALCASTAGNÈ, Regina. “Entre silêncios e estereótipos: as relações raciais na literatura brasileira contemporânea”. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, nº 31. Brasília, janeiro-junho de 2008.

\_\_\_\_\_. **Literatura Brasileira Contemporânea**: um território contestado. São Paulo: Horizonte, 2012.

FERNANDES, Celia Regina. **Leitura, literatura infanto-juvenil e educação**. Londrina: EDUEL, 2007.

FERNANDES, Célia Regina; CORDEIRO, M, B. da S. **Os critérios de avaliação e seleção do PNBE**: um estudo diacrônico. Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 319-328, set./ dez. 2012.

JOB, Sandra Maria. **Em texto e no contexto social**: mulher e literatura afro-brasileira. Tese (Doutorado em Literatura). UFSC, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95228/294989.pdf?sequence=1> Acesso em 03 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Trad: Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

SANTOS, James Rios Oliveira. **Autoria e representação de personagens negras em narrativas infantojuvenis: acervos PNBE 2011 e 2013**. Dissertação (Dissertação em Letras) – UEM. Maringá, 2017.

SOUZA, I, A, L; PEREIRA, S, P; SALDANHA, A, F, L; MARINHO, A, C. **A literatura infantojuvenil africana e afro-brasileira**: desafios contra estereótipos saturados. In: *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.3, n.2, 2014.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; ROSEMBERG, Fulvia. “Brasil: Lugares de Negros e de Brancos na Mídia”. In: VAN DIJK, T, A. (ORG) **Racismo e Discurso na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, Teun. **Racismo e Discurso na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

Recebido em 1 de dezembro de 2018.

Aceito em 9 de abril de 2019.